



Especialistas franceses apontam caminhos para a gestão dos recursos hídricos diante das mudanças climáticas



Alain Bernard



Nicolas Bourlon



Patrick Laigneau

Especialistas em gestão dos recursos hídricos falam, sob óticas distintas, sobre a crise hídrica, mudanças climáticas, instrumentos de gestão e outros temas, neste material que inicia uma série de entrevistas com técnicos e especialistas que colaboram direta ou indiretamente na Ação Eco Cuencas – trabalho que vem sendo realizado nas Bacias PCJ desde dezembro de 2014.

A primeira edição da Série Entrevistas do Eco Cuencas traz um trio de especialistas. Os franceses, Alain Bernard, chefe do Pólo de

Gestão Integrada de Recursos Hídricos e diretor da Ação Eco Cuencas; Nicolas Bourlon, consultor do Office International de L'Eau para a Ação Eco Cuencas e Patrick Laigneau, engenheiro e antropólogo, que também presta consultoria para o Office International de L'Eau e, em sua tese de doutorado fez uma comparação entre os sistemas de gestão no Brasil e França.

O trio trabalha em distintas regiões do Brasil e da Europa em projetos que esbarram em problemas grandiosos, mas mesmo sem estarem sem-

pre juntos, conseguem vislumbrar alternativas para muitos destes problemas que assolam o planeta, entre eles, a questão das mudanças climáticas.

Os três apresentam uma visão do trabalho que realizam em várias partes do mundo e como é possível aprimorar a gestão dos recursos hídricos desenvolvidos nas Bacias PCJ.





Alain Bernard, Diretor da Ação Eco Cuencas

Diretor da Ação Eco Cuencas já coordenou mais de 40 projetos no mundo todo em gestão dos recursos hídricos e continua realizando os trabalhos com otimismo e esperança.

Otimismo e Esperança

Diretor observa reconhecimento sobre urgência do tema das mudanças climáticas e seu impacto sobre a água doce

Alain Bernard, Chefe do Polo de Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Office International de L'Eau e diretor da Ação Eco Cuencas, conhece bem o Brasil e transita em seminários falando sobre a gestão da água. Além disso, atua como secretário adjunto da RIOB, o que exige um desdobramento ainda maior, já que Alain participa de tudo de forma muito intensa. E, após 20 anos de trabalho no Office e muitas viagens para dirigir ou facilitar o gerenciamento de projetos, está cada vez mais à vontade

no país que também passa férias e fez dezenas de amigos, ou seja, o francês fala o português fluentemente e conhece muito bem o povo e a cultura brasileira.

De origem francesa, Alain cursou a Escola de Minas de Alès, onde se graduou engenheiro de Minas com ênfase em Meio Ambiente, corajoso e focado, já atravessou o mundo para falar de água. Alain contou um pouco sobre suas expectativas, os desafios e as oportu-

tidades que a Ação Eco Cuencas proporciona.

No Brasil, em junho de 2016, Alain abordou planejamento, financiamento, reforçando que “é preciso que nos coloquemos frente às mudanças climáticas, já que a situação que se coloca é incerta, pois não sabemos quais serão os efeitos de tudo o que vem ocorrendo, mas podemos trabalhar para resolver problemas e a adaptação às mudanças climáticas é um dos problemas que temos que resolver”.

“O assunto tem um enorme reconhecimento em muitos lugares, que já entendem que a adaptação da gestão da água aos efeitos das mudanças climáticas é uma urgência mundial, ou seja, que a água doce é a primeira vítima das mudanças climáticas.”

Porque vocês pensaram na Agência das Bacias PCJ para a Ação Eco Cuencas?

As Bacias PCJ enfrentaram sérios eventos extremos no decorrer dos últimos anos, tanto enchentes como secas. Existe uma governança já sólida, assim como instrumentos tais como, o Plano de Bacias e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Ao mesmo tempo, o Plano das Bacias 2010-2020 vem sendo questionado e precisou passar por uma revisão durante a metade do tempo de sua execução.

Esse marco institucional e geográfico nos pareceu assim muito propício a uma análise, à elaboração de propostas realistas mais ambiciosas nestes vários temas (governança; planejamento; cobrança).

Desde quando a Europa e, especialmente, o Office trabalha com o tema mudanças climáticas? Que bons exemplos você citaria?

O tema está se tomando cada vez mais importante, aos poucos e, particularmente nos últimos 15 anos, tomou uma dimensão muito grande. E, agora o assunto tem um enorme reconhecimento em muitos lugares, que já entendem que a adaptação da gestão da água aos efeitos das mudanças climáticas, é uma urgência mundial, ou seja, que a água doce é a primeira vítima das mudanças climáticas.

Assim, precisa-se integrar, nas metodologias de planejamento, os efeitos previsíveis e adotar já, apesar das incertezas em nível local, medidas prioritárias que serão úteis quaisquer que sejam os cenários reais.

As Agências de Água nas bacias Adour-Garonne e Rhône-Méditerranée-Corse desenvolveram por exemplo na França experiências muito interessantes em relação ao tema, experiências que podem ser úteis em outras bacias do mundo.

Como vê hoje – já que a Ação está completando quase dois anos – as facilidades e os desafios encontrados nas Bacias PCJ para desenvolvimento da Ação?

A iniciativa Ecocuencas permitiu elaborar um diagnóstico da situação atual nas Bacias PCJ. Entramos agora numa fase crucial de elaboração de propostas para melhorar a governança, para melhor integrar as

mudanças climáticas no Plano de Bacias e conseguir um orçamento maior para financiar as ações prioritárias, seja pela cobrança ou por outros instrumentos financeiros (como, por exemplo, o Pagamento por Serviços Ambientais).

Poderia antecipar os resultados da Ação? O que você, que participou de alguns seminários, poderia nos falar? Acha que depois desta primeira experiência, outras poderão acontecer, o que teria de ser avaliado?

A maior qualidade do Projeto Ecocuencas fica na apropriação total dos trabalhos pelos especialistas brasileiros da Agência PCJ, da FESPSP e dos seus parceiros. O Escritório Internacional da Água apenas acompanha e orienta as reflexões.

Assim, seminários participativos para discutirmos os resultados de uma fase de diagnóstico ou para debater as potenciais orientações futuras, são sumamente importantes para o sucesso do Projeto: não se trata de consultores europeus vindo ao Brasil para entregar relatórios que poderiam ficar numa gaveta, mas realmente lidar com as prioridades políticas, técnicas, financeiras das Bacias PCJ, beneficiando-se das experiências de outras bacias, de outros países do mundo (Europa e América Latina, em especial).

Você falou em Piracicaba em junho de 2016, sobre a importância de ‘valorar’ de forma diferenciada, por exemplo, a cobrança de forma que possamos investir os recursos financeiros em projetos que apresentem, de fato, melhorias para todos, mas os entraves são grandes, como convencer – de forma imediata – que o valor cobrado ainda é incipiente?

O custo econômico, social, ambiental da crise hídrica nas Bacias PCJ é muito importante. Por exemplo, foram cancelados ou adiados empreendimentos industriais tendo em vista a crise extrema de abastecimento de água pela qual passaram alguns municípios em 2014. Fala-se, inclusive da diminuição dos valores de venda de prédios em função da queda acentuada de procura pelos clientes.

Reformar, antever, implantar medidas estruturais e não estruturais demandará orçamentos significativos. Mas o custo da não-ação seria muito mais alto. Assim, todos (políticos, cidadãos, representantes de indústria, de agricultura etc) devem ter consciência

da responsabilidade de cada um. E a responsabilidade da Agência PCJ em desenvolver os estudos e os documentos pedagógicos e/ou didáticos para demonstrar isso, trazendo argumentos, e convencendo os atores, enfim, os dirigentes da necessidade de evoluir a curto prazo para o bem comum.

Sobre a comunicação a respeito da Ação o que você espera? Normalmente você observa que a mídia divulga o tema, se interessa, consegue transmitir o que os técnicos dizem em suas explicações e entrevistas?

A Ação Ecocuencas deve ajudar a: identificar propostas para a melhoria da gestão dos recursos hídricos, da organização institucional, no planejamento, no financiamento; preparar os argumentos pedagógicos para divulgar os reais motivos destas propostas, com a ajuda da mídia.

O tema das Mudanças Climáticas, com o Acordo de Paris, as COP 21 e 22, o futuro Fórum Mundial da Água que será realizado em Brasília em 2018 vem sendo muito divulgado ultimamente. Enfim, todos tomam consciência dos desafios e da urgência em trazer soluções. É o momento certo para se atrever a publicar mensagens e propor reformas mais ambiciosas.

Você já esteve em muitos lugares, muitos trabalhos, projetos, o que fica para você, como ser humano, de tantas experiências, de tantas missões?

Esse trabalho de cooperação internacional é apaixonante. Como especialista, você espera trazer um olhar distinto, complementar. Mas esse olhar tem que ser sempre muito humilde. Existem tantas diferenças culturais, jurídicas, comportamentais, políticas que qualquer proposta tem que integrar a realidade local.

Assim, cada viagem, cada projeto é uma oportunidade para aprender. Trazer algo, mas também se enriquecer com diferenças.

O escritor e aviador francês, Antoine de St Exupéry, falou: “se você for diferente de mim, meu irmão, bem longe de me ferir, você me enriquece”.



Alan Bernard coordena equipe da Ação Eco Cuencas

Eco das Bacias PCJ

SÉRIE ENTREVISTAS

Nicolas Bourlon



Nicolas Bourlon, Consultor da Ação Eco Cuencas

Nicolas Bourlon, engenheiro ecólogo, consultor da Ação Eco Cuencas inspirando a solucionar problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Colaboração e Comunicação

Nicolas observa que, para fazer funcionar um projeto em rede, todos precisam falar a mesma língua

Ainda que em suas viagens pelo mundo Alain esteja quase sempre desacompanhado de colegas de trabalho, ele tem em muitos locais a colaboração de assistentes e consultores com os quais pode contar a qualquer hora.

Um deles é o francês Nicolas Bourlon, engenheiro ecólogo, que conhece a realidade das bacias europeias e, após anos de estudos lá fora veio para o Brasil, país que adotou para viver com a família e

onde ajudou a implantar o sistema de gestão dos recursos hídricos.

Consultor da Ação Eco Cuencas, Nicolas tem participado ativamente de todas as atividades e, apresenta em países com suas realidades socioeconômicas diferenciadas as alternativas e as perspectivas para a solucionar ou para mitigar os problemas decorrentes das mudanças climáticas. Sobre a Ação Eco Cuencas, ele conversou conosco.

Para Bourlon, ao final deste projeto, teremos um planejamento melhor, ou pelo menos um indicativo para um planejamento melhor, das ações necessárias para a adaptação às mudanças climáticas e um reestudo dos instrumentos financeiros que ajudará a Agência das Bacias PCJ a aprimorar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

“Hoje em dia você percebe que todas as bacias, de uma forma ou de outra, estão sentindo os efeitos das mudanças climáticas. E o tema hoje é pauta dos meios de comunicação, a estiagem aqui no sudeste assustou porque faltou água em São Paulo.”



Que tipo de dificuldades você elencaria como as maiores no sistema de gestão, nos diferentes países para direcionar os trabalhos?

Eco Cuencas, funciona através de projetos pilotos com instituições nacionais e de bacias que desenvolvem ações nas bacias piloto, que foram escolhidas para o projeto e, onde trabalhamos no sentido de colocar as experiências semelhantes, analisar e tentar compará-las para que cada experiência piloto possa beneficiar as demais. E, o resultado final da Ação é um trabalho feito por nove entidades diferentes que colaboram e, trazem ideias novas para que este produto possa ser construído conjuntamente.

Assim, as dificuldades que temos são relacionadas à concepção do projeto, ou seja, para fazer funcionar um projeto em rede é necessário trabalho de comunicação, de definição de terminologias e de conceitos que sejam comparáveis ou compatíveis, permitindo que todos tenham a mesma linguagem técnica ou institucional, ou seja, a linguagem de um gestor de bacias. E, em geral, um gestor de bacias precisa entender dos mais diversos assuntos, e ainda, é fundamental que ele seja um especialista em sua área de atuação tradicional.

A Ação Eco Cuencas apresenta uma característica muito forte que é o envolvimento dos parceiros e a colaboração entre eles e os resultados são muito satisfatórios, você tinha essa expectativa? Quais são suas expectativas até o final dos trabalhos?

Bem, de forma geral, cada um dos técnicos que atua no projeto acaba se tornando um colaborador para o outro parceiro. Então, por exemplo, a Agência das Bacias PCJ, acabou recentemente a versão final do relatório do diagnóstico institucional e os desafios para adaptação às mudanças climáticas nas Bacias PCJ, encaminhou este relatório aos sócios que devem opinar, questionar e dar um retorno crítico sobre o material e o contrário também ocorre, ou seja, todos precisam ler todos os materiais produzidos e emitir opiniões. Os parceiros do Equador que estão finalizando o projeto já haviam revisado o relatório do Componente 1 para ser repassado para os outros sócios e, isto acaba sendo uma estratégia que enriquece a Ação. Logo, imaginamos que até o final da iniciativa todos os relatórios tenham sido revisados e consolidados por opiniões externas. E,

isto valoriza o trabalho, principalmente, na Europa, na Diretiva Quadro da União Europeia, que trabalha o tema Água. E, como os países apresentam níveis de gestão diferentes; a Europa buscou nivelar para cima e procurou países mais experientes em alguns temas que pudessem auxiliar os países recém ingressados na União Europeia, os quais precisariam de maior apoio estratégico.

No seminário em Piracicaba, realizado em junho de 2016, você comentou que a Ação Eco Cuencas, tem como característica colocar em rede experiências de instituições e países diferentes, olhando para o melhor de cada um. O que você já pode antecipar do melhor de cada um, por exemplo, aqui nas Bacias PCJ?

Ao colocar em rede experiências, percebemos que as Bacias PCJ apresentam um estágio de maturidade, no que diz respeito ao sistema de gestão, maior do que os outros três países da Ação.

Na Colômbia, existe um programa de Pagamento por Serviços Ambientais de uma determinada micro-bacia que abastece um reservatório de água potável usado para abastecimento da cidade de Medellín, mas não existe um sistema de gestão por comitês de bacias, o que existe é uma fundação público privada que opera fundos e apoia os produtores rurais para que tenham uma adequada apropriação das políticas de gestão do solo.

No Equador, existe um sistema novo, onde começam a ser criados os comitês de bacias, a fim de descentralizar a atuação do governo nacional, oferecendo maior potencial de gestão para as regiões e as unidades geográficas. Ou seja, o sistema não está amadurecido em termos de políticas de bacias, mas o objetivo é que existam planos de bacias hidrográficas e, no médio prazo, mecanismos financeiros, como a cobrança pelo uso da água implantada nas Bacias PCJ.

Agora, ao observamos as Bacias PCJ todos estes mecanismos já existem e são referência no Brasil e na América Latina. Por exemplo, Programa Conservador das Águas, implantado em Extrema - Minas Gerais, há mais de 10 anos, é um dos programas mais conhecidos pela população e, isto sem investir pesado em divulgação. Este projeto precisa ser valorizado dentro da Ação Eco Cuencas, evidenciando que, na prática, os projetos que envolvem Pagamento por Serviços Ambientais ou Ecossistêmicos apresentam

muitas formas de serem desenvolvidos. Enfim, devemos utilizar este levantamento prático e teórico de referências e experiências que estão sendo levantadas ao longo destes meses de Ação e que serão úteis para todos os sócios.

Existe uma demanda, por outros países que não estão participando da Ação, para ajudar a implementar ferramentas para mitigação dos problemas que dizem respeito à gestão dos recursos hídricos?

Hoje em dia você percebe que todas as bacias, de uma forma ou de outra, estão sentindo os efeitos das mudanças climáticas. E o tema hoje é pauta dos meios de comunicação, a estiagem aqui no sudeste assustou porque faltou água em São Paulo e perguntamos, o que fazer? Mas, isto não é apenas nas Bacias PCJ, afinal em todas as bacias em que trabalhamos, percebemos, que, de fato, a política do passado que pretendia buscar mais água mais longe, não é adequada a nova realidade. Na realidade, você precisa usar a água que tem para atender mais usuários, então isto implica em dar prioridade às ações que já são executadas, mas que talvez nunca tiveram o destaque necessário. Então inserido no plano de adaptação às mudanças climáticas, ao visualizarmos os exemplos da Bacia do Rhône-Méditerranée, na França, a ação primordial é o combate às perdas, outra ação é a não-impermeabilização de áreas, favorecendo projetos que permitam a infiltração de água no subsolo.

Então, o plano de adaptação às mudanças climáticas precisa ser planejado no âmbito da bacia hidrográfica, não existem 'receitas prontas' de nenhuma instituição, mas conceitos semelhantes, temos conceitos de adaptação às mudanças climáticas na França e nas Bacias PCJ, em território brasileiro, evidenciando que a forma de implementar é diferente, nas Bacias PCJ..

Você tem uma larga experiência com o tema gestão dos recursos hídricos, aqui no Brasil tivemos uma estiagem severa em 2014 que deixou muitas pessoas sem água, você acha que faltou planejamento?

E, é preciso dizer que o planejamento está mudando também, de um planejamento que visava armazenar mais água para demandas futuras. Hoje, percebemos claramente que não tem mais onde buscar água. Então, o planejamento – não apenas no Brasil, mas fora daqui também – não levou em consideração às adaptações às mudanças climáticas porque é um desafio que se minimizou nos últimos 20, 30 anos e, hoje está em pauta nos grandes encontros, como a COP 21, COP 22 e, hoje em dia as entidades e seus gestores têm consciência de que as ações relacionadas ao clima, emissões, índice de carbono, não podem estar desconectadas das ações integradas da gestão dos recursos hídricos. Além disso, o assunto está em pauta nos organismos de bacias, o que caracteriza uma mudança de paradigma e cabe às agências de bacias e aos comitês de bacias se anteciparem a estas mudanças e aprender com a crise, aproveitando para mudar os conceitos e as prioridades e buscar melhorias sempre, nós esperamos poder contribuir com estas melhorias ao finalizarmos a Ação Eco Cuencas.

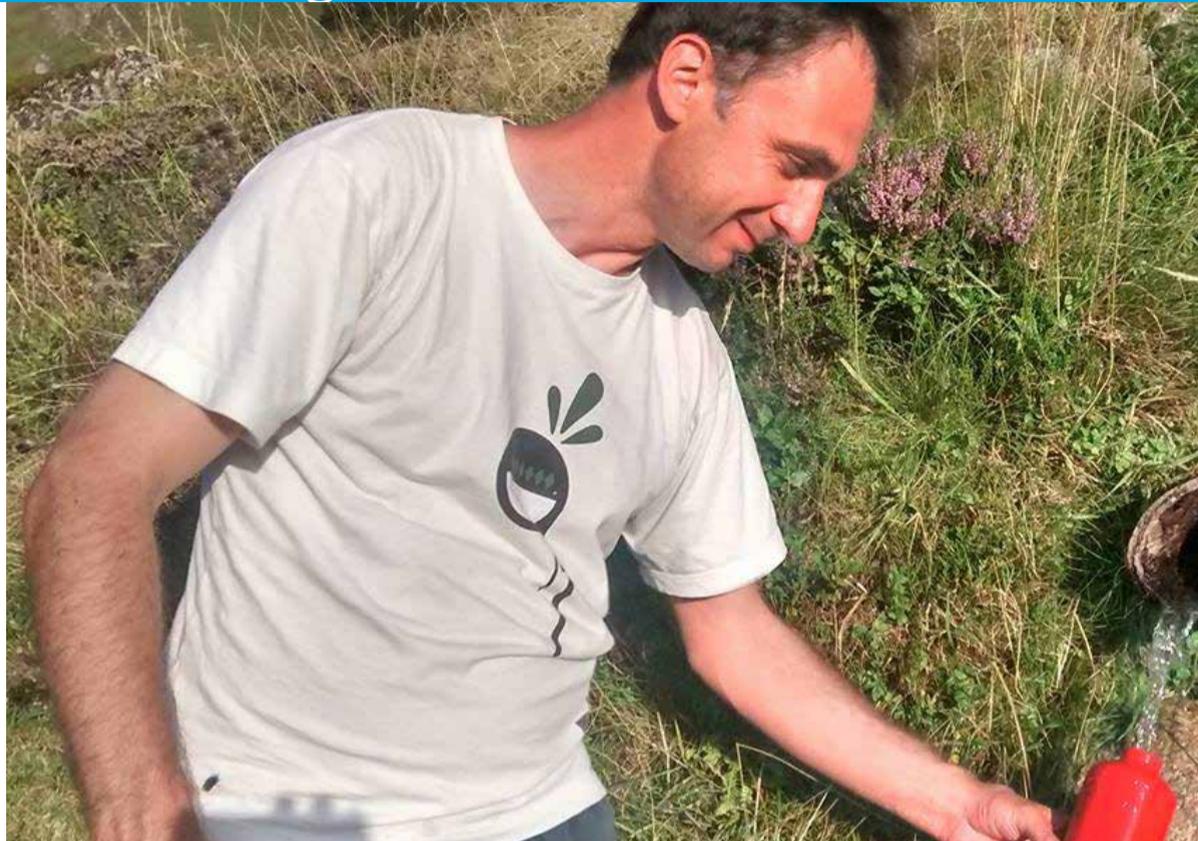


Eduardo Cuoco Léo (Coordenador da Ação no Brasil), Nicolas Bourlon (OIEAU) e Sergio Razera (Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ)

Eco das Bacias PCJ

SÉRIE ENTREVISTAS

Patrick Laigneau



Patrick Laigneau, estudioso que escolheu viver no Brasil

Antropólogo e engenheiro, se apaixonou pelas águas aos 6 anos, quando ganhou o primeiro barco de seu pai. Desde lá, muitos fatos marcaram a vida dele e a relação com a água.

Inspiração e Experiência

Patrick acredita que o papel das Agências de Bacias é fornecer informações para qualificar os processos de decisões com a sociedade

E para completar este trio de especialistas, Alain Bernard, conta ainda com a colaboração e o coleguismo de um francês que também escolheu viver no Brasil. Nascido na França, Patrick Laigneau, antropólogo e engenheiro, se apaixonou pelas águas logo cedo. Aos seis anos ganhou do pai um barco, o 'pássaro raro', desde lá, muitos fatos marcaram a vida dele e a relação com a água. Hoje mora no Rio Grande do Sul e presta serviços para o Office International de L'Eau, entre outros assuntos, ele discorreu sobre a sua tese de doutorado, onde escreveu: "A experiência francesa das agências e dos comitês

de bacia é conhecida no Brasil por ter inspirado a atual legislação de gestão dos recursos hídricos. No momento em que as agências e os comitês celebram os cinquenta anos de sua criação pela Lei de 1964, proponho neste trabalho uma releitura desta história a partir de uma perspectiva peculiar: formado como engenheiro na França, trabalhei em uma dessas agências antes de mudar para o Brasil para estudar antropologia social".

Envolvido com as questões pertinentes à gestão dos recursos hídricos, Patrick Laigneau, coordena

também um projeto, iniciado em setembro de 2014, que permite que os comitês de bacias do Rio Grande do Sul se beneficiem das experiências da Agência de Água francesa e do Consórcio Intermunicipal Piracicaba, Capivari e Jundiá. A partir de 2016, seu principal objetivo consistiu no apoio à implantação de um projeto piloto de agência na bacia do rio Ibi-çuí. A execução é do Office International de l'Eau.

“Essa situação, decorrente de uma forte tradição de democracia representativa e pouca abertura à democracia participativa, é hoje um impedimento às evoluções necessárias. A participação, a meu ver, é um fator fundamental para a definição e implementação de políticas públicas eficientes.”



Você acha que o sistema de gestão na França é um modelo a ser seguido, existe um modelo ideal?

Não acho que exista um modelo a ser seguido, cada região deve construir seu próprio modelo, adaptado a seus objetivos e a seu contexto. A experiência francesa inspirou e pode continuar a inspirar a gestão de recursos hídricos no Brasil, mas acredito que pode ser mais interessante para o Brasil considerá-la como um espelho do que como um modelo.

Você tem uma visão ampla do trabalho desenvolvido pelas agências da França. Nasceu lá, trabalhou em instituições francesas, e depois veio para o Brasil, é um pesquisador que se encontrou aqui. O que é realmente importante em sua visão para a gestão da água?

O que mais me interessa na gestão das águas no Brasil é justamente o que é diferente da França. Além das diferenças de contextos geográficos, cultural e socioeconômico, o próprio processo histórico de criação dos sistemas brasileiros de recursos hídricos é diferente do que aconteceu na França.

Lá, na década de sessenta, um grupo de engenheiros, articulados com políticos, desenharam um sistema composto por seis agências e seis comitês de bacia.

No Brasil, no final da década de oitenta e na década de noventa, os primeiros comitês de bacia inspirados na experiência francesa foram criados a partir de mobilizações locais, para resolver problemas relativamente pontuais, de poluição ou escassez de água: é o caso, por exemplo, do Comitê do rio dos Sinos no Rio Grande do Sul em 1988 e do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em 1993. As mobilizações envolveram atores da sociedade civil, usuários, prefeitos, com destaque para universitários e técnicos do poder público. Várias leis estaduais e depois a lei federal de recursos hídricos de 1997, que foram elaboradas a partir de um processo de mobilização da sociedade, de baixo para cima. Os comitês foram criados primeiro, daí se organizaram para criar as agências, que seriam seus braços executivos.

Um dos resultados desse processo é que hoje, no Brasil, existe uma grande variedade de experiências, com características diferentes em cada estado, entre as bacias de um mesmo estado ou entre diferentes bacias interestaduais. Essa variedade pode ser considerada como o sintoma de um sistema de recursos hídricos ainda inacabado, bem como pode ser considerada com uma riqueza, ponto de partida para encontrar os aprimoramentos necessários. A grande diferença com a situação de vinte anos atrás é que já sabemos o que funciona ou não funciona em diferentes regiões do Brasil. Temos uma base de experiências que precisam ser valorizadas e capitalizadas, no sentido de nos auto avaliarmos, nos comunicarmos para evoluirmos.

Em sua tese você diz que uma das questões que mais chamavam a sua atenção era a da participação da população na gestão dos recursos hídricos, depois de tanto tempo no Brasil e de poder conhecer e participar do sistema você enxerga esta mesma participação nos comitês e em tantos momentos de discussões e aperfeiçoamento do sistema?

É difícil generalizar. A participação é muito diferente entre uma região e outra, entre um comitê de bacia e um conselho de recursos hídricos. Acredito que a participação, para ser eficiente, precisa ser qualificada. Não me refiro aqui à qualificação dos participantes, mas à qualificação do processo de participação. Os assuntos relativos à gestão de recursos hídricos são geralmente de uma grande complexidade técnica e social, no sentido de que cada ator do sistema possui sua própria visão da situação. A primeira etapa do processo de gestão participativa, portanto, deve levar informações suficientes a todos os envolvidos para propiciar uma análise da situação minimamente compartilhada por todos. Isso necessita monitoramento, análise de informações técnicas e tradução dessas informações em termos compreensíveis por todos. Isso deve ser o papel das agências de bacia: fornecer informações e análises, constituindo bases técnicas para qualificar os processos de decisão participativos.

Em termos de participação, considero que a França tem muito a aprender com as experiências brasileiras. Por exemplo, em meu país, as reuniões dos comitês de bacia não são abertas ao público, em total contradição com os princípios do sistema de gestão de recursos hídricos que se define como descentralizado e participativo. Essa situação, decorrente de uma forte tradição de democracia representativa e pouca abertura à democracia participativa, é hoje um impedimento às evoluções necessárias. A participação, a meu ver, é um fator fundamental para a definição e implementação de políticas públicas eficientes.

A cobrança ainda precisa ser aprimorada, talvez a efetiva valorização da água como recurso hídrico seja um ponto que não esteja valorizando a cobrança, afinal este é um instrumento econômico que demanda uma discussão ampla com todos os segmentos, aqui mesmo nas Bacias PCJ o processo de revisão dos valores foi amplo, mas o resultado final não foi satisfatório. O que falta aperfeiçoar no sistema de acordo com o que você pesquisou?

Acho que falta primeiramente mudar o nome da cobrança, que é muito repulsivo. Em francês, o termo de *redevance* me parece mais interessante, no sentido em que se refere a um valor pago em troca de um serviço. A cobrança pelo uso de recursos hídricos poderia, por exemplo, ser chamada de contribuição para a preservação de recursos hídricos.

Mas atrás dessa denominação, existe um debate conceitual envolvendo duas concepções divergen-

tes deste instrumento econômico, que analiso em detalhe em minha tese de doutorado. A primeira considera a cobrança como um incentivo individual, que deveria levar cada usuário da água a mudar suas práticas em função da rentabilidade econômica. No caso francês, essa concepção foi defendida de maneira teórica por alguns economistas, mas nunca foi aplicada na prática pelos comitês de bacia.

A segunda considera a cobrança (ou contribuição para a preservação de recursos hídricos) como um instrumento coletivo, que deveria fornecer os recursos necessários para resolver os problemas comuns à bacia através de um processo de negociação entre os atores. Essa concepção permitiu o sucesso da experiência francesa, na qual o papel incitativo das agências é muito mais ligado aos subsídios distribuídos do que aos valores das *redevances*. No entanto, os dois são considerados como complementares e os usuários da água aceitam pagar os valores da *redevance* somente se sabem que receberão subsídios ou serão beneficiados de outra maneira, por exemplo, com melhor disponibilidade hídrica ou ainda com acesso a informações hidrológicas permitindo uma melhor gestão.

Implementar cobranças (ou contribuições para a preservação de recursos hídricos) necessita, antes de tudo, construir uma relação de confiança entre os usuários. No caso das bacias PCJ, a participação de muitos usuários nos comitês e em suas câmaras técnicas contribuiu para construir tal relação de confiança. Mas os preços unitários das cobranças (ou contribuições...) ainda são insuficientes para financiar as intervenções necessárias nas bacias. A população e os usuários da água da região metropolitana de São Paulo, ao meu ver os maiores usuários da bacia, poderiam ter interesse em pagar um pouco mais através de cobranças (ou contribuições...) se soubessem que seriam beneficiados, por exemplo, com uma melhor segurança hídrica. Mas esses atores não participam dos comitês PCJ, já que se encontra em outra bacia, a do Alto Tietê. Talvez falte, então, um comitê e uma agência de bacia integradores na escala da unidade hidrográfica do rio Tietê, com capacidade de construir relações de confiança nesta escala mais ampla.

Tais entidades, longe de substituir os comitês existentes poderiam fornecer um quadro adequado para defender suas posições na busca do interesse comum a toda unidade hidrográfica. Pela transposição do Sistema Cantareira, habitantes e usuários das bacias PCJ e da Região Metropolitana dependem uns dos outros. Creio que a gestão participativa dos recursos hídricos na unidade hidrográfica necessitaria instituições na mesma escala, visando a gestão deste bem comum.

Expediente

Jornalista Responsável e Supervisão Geral: Ivanise Pachane Milanez

Projeto Gráfico: Jean-Frédéric Pluvinage

Diagramação: Gabriel Josias

Fotos: Acervo da Agência das Bacias PCJ

Apoio editorial: Parla Assessoria!



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade da Agência PCJ e em caso algum deve ser considerado como refletindo a posição da União Europeia.

